



**Registro: 2018.0001003229**

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1004316-63.2018.8.26.0566, da Comarca de São Carlos, em que são apelantes PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS e TRANSPORTADORA TURISTICA SUZANO LTDA, é apelado THALES ANDREV PEREIRA (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Negaram provimento ao recurso da TRANSPORTADORA e deram parcial provimento ao recurso do MUNICÍPIO, nos termos que constarão do acórdão. V.U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores PAULO AYROSA (Presidente sem voto), CARLOS NUNES E FRANCISCO CASCONI.

São Paulo, 17 de dezembro de 2018.

**ADILSON DE ARAUJO**  
**RELATOR**  
**Assinatura Eletrônica**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
Seção de Direito Privado  
31ª Câmara

2

**Apelação nº** 1004316-63.2018.8.26.0566 (digital)  
**Comarca :** São Carlos – Vara da Fazenda Pública  
**Juiz (a) :** Daniel Felipe Scherer Borborema  
**Apelantes:** TRANSPORTADORA TURISTICA SUZANO LTDA.  
e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
**Apelado :** THALES ANDREV PEREIRA

**Voto nº 27.575**

**APELAÇÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO PRESTADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS (TRANSPORTE COLETIVO). RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. INCIDÊNCIA DO ART. 37, § 6º, DA CF/88. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÕES DOS RÉUS DESPROVIDAS.** *As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, nos termos do art. 37, § 6º, da CF/88. Nesse tipo de responsabilização basta a demonstração do nexo causal entre uma conduta ilícita e o dano, o que ocorreu no caso concreto.*

**APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO MUNICÍPIO QUANDO SEU CONCESSIONÁRIO/PERMISSIONÁRIO NÃO POSSUIR MEIOS DE ARCAR COM A INDENIZAÇÃO PELOS PREJUÍZOS A QUE DEU CAUSA. PRECEDENTE DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO DA TRANSPORTADORA DESPROVIDA.** *O STJ tem precedente judicial no sentido de que o poder público tem responsabilidade subsidiária em situações em que o concessionário/permissionário não possui meios de arcar com a indenização pelos prejuízos a que deu causa.*

**APELAÇÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANO MORAL. COMPROVAÇÃO. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÕES DESPROVIDAS.** *Comprovado o dano moral, de rigor o acolhimento do pedido de condenação do causador do dano ao pagamento da indenização correspondente, que não deve ser reduzida se for suficiente para reparar a lesão e coibir eventual repetição da conduta danosa.*

**APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ARBITRAMENTO QUE CONSIDEROU O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO ADVOGADO. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO DA TRANSPORTADORA DESPROVIDA.** *Quando o arbitramento dos honorários sucumbenciais considera, com justeza, o trabalho desenvolvido pelo advogado, incabível a sua redução.*

**APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CONDENAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO ENTE PÚBLICO NO PAGAMENTO DAS VERBAS DE SUCUMBÊNCIA. POSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA. APELAÇÃO DO MUNICÍPIO PROVIDA.** *Se a condenação da parte em relação ao pedido principal ocorre de forma subsidiária, cabível o acolhimento do pedido de que a sua condenação no pagamento de verbas sucumbenciais também o seja.*

**APELAÇÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. MAJORAÇÃO. NECESSIDADE. ART. 85, § 11, DO CPC/2015.** *Processada a apelação na vigência do CPC/2015, necessária a majoração dos honorários sucumbenciais em razão do trabalho adicional realizado em grau recursal, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015.*

**THALES ANDREV PEREIRA** ajuizou ação de indenização por danos materiais e moral, fundada em acidente de trânsito, em face de **TRANSPORTADORA TURISTICA SUZANO LTDA.** e

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS.**

A decisão de fls. 226/228 reconheceu a ilegitimidade ativa do autor no tocante ao pedido de indenização por danos materiais, prosseguindo-se a ação somente em relação ao pedido de indenização por dano moral. Tal decisão não foi impugnada.

Pela r. sentença de fls. 309/315, cujo relatório adoto, acolheram-se parcialmente os pedidos para: i) condenação da **TRANSPORTADORA**, diretamente, e do **MUNICÍPIO**, subsidiariamente, no pagamento de indenização por dano moral de R\$ 15.000,00 (atualizada e acrescida de juros moratórios); ii) condenação no pagamento de honorários sucumbenciais de 15% sobre o valor atualizado da condenação, divididos pela metade entre os réus.

Inconformados, apelam ambos os réus.

O **MUNICÍPIO**, em sua apelação, diz ser parte ilegítima para compor o polo passivo. Defende a aplicação da teoria subjetiva ao caso concreto. Defende a culpa exclusiva da vítima ou, alternativamente, a culpa concorrente dela. Defende ser excessiva a indenização arbitrada. Requer sua condenação subsidiária no pagamento dos honorários sucumbenciais (fls. 319/336).

Em sua apelação a **TRANSPORTADORA** diz que a petição inicial narra fatos inverídicos, visando transmitir maior gravidade a eles. Defende a culpa exclusiva do autor, que não tomou as devidas cautelas. Alega a falta de comprovação do dano moral ou, alternativamente, pede que a indenização seja reduzida. Informa que estava sob intervenção do **MUNICÍPIO** na época do

acidente, razão por que tem culpa exclusiva. Sustenta que os honorários sucumbenciais são excessivos.

Em suas contrarrazões o autor, impugnando ambas as apelações, defende a correção da r. sentença ao estabelecer a responsabilidade subsidiária do município. Alega que a prova constante nos autos comprova a versão dos fatos narrada na petição inicial. Sustenta a falta de comprovação de sua culpa pelo acidente. Defende a comprovação do dano moral. Pede a majoração dos honorários sucumbenciais em razão do trabalho adicional realizado em grau recursal.

#### É o relatório.

##### 1.-

Em 21/02/2018 o autor, então com 12 anos de idade, estava entregando produtos de limpeza com seu pai em uma Kombi. Após o veículo ser estacionado o autor desceu, quando foi atingido por ônibus conduzido por funcionário da **TRANSPORTADORA**, que prestava serviços de transporte coletivo público ao **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**. De acordo com a petição inicial o acidente, apesar de não ter acarretado a morte do autor, causou-lhe graves sequelas físicas e emocionais, razão do ajuizamento da presente ação.

##### 2.-

Inicialmente, tem-se que a **TRANSPORTADORA** é pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos. O autor, em sua petição inicial, imputou uma conduta



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
Seção de Direito Privado  
31ª Câmara

6

comissiva ao motorista da referida pessoa jurídica, qual seja, conduzir o veículo imprudentemente.

Por esta razão, aplica-se, ao caso concreto, a responsabilidade civil objetiva nos termos do art. 37, § 6º, da CF/88, que prescinde da demonstração de culpa para a responsabilização do causador do dano. Basta o nexo de causalidade.

Relativamente ao Município, pugnou pela responsabilidade subsidiária dele, não imputando, diretamente, nenhuma conduta comissiva ou omissiva. Neste particular, correta a r. sentença ao acolher o pedido, mormente considerando o precedente do STJ colacionado pelo Julgador de primeiro grau:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRANSPORTE COLETIVO. APEDREJAMENTO DE ÔNIBUS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. PODER CONCEDENTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Conforme orientação deste Superior Tribunal de Justiça, há responsabilidade subsidiária do Poder Concedente, em situações em que o concessionário/permissionário não possui meios de arcar com a indenização pelos prejuízos a que deu causa. 2. Na espécie, o Tribunal de origem entendeu que a conduta omissiva da prestadora de serviço - deixar de prestar socorro às vítimas após o apedrejamento do ônibus - caracterizou sua responsabilidade em indenizar, a título de danos morais, a recorrida, cabendo à empresa concedente responder subsidiariamente pelos danos causados, caso ocorra a insolvência da primeira. Aplica-se a Súmula 83/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento” (AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 267.292 – ES. Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO).

3.-

Tratando-se de responsabilidade civil objetiva, necessária apenas a demonstração do nexo causal entre uma conduta ilícita e o dano.

No caso dos autos, patente o dano moral sofrido pelo autor. De fato, conforme narrado, o autor desceu da Kombi estacionada por seu pai, momento em que foi pressionado contra ela pelo ônibus conduzido pelo motorista da **TRANSPORTADORA**. Na época ele tinha 12 anos de idade e segundo depoimento testemunhal de Anaildes Silva Santana (que presenciou os fatos), o autor, enquanto estava sendo pressionado pelo ônibus, gritava. Após cair ao chão, continuava “gritando muito” e dizia: “papai, não aguento”. Conforme ela, o autor estava desesperado (fls. 305/306).

Indiscutível o abalo moral causado pelo acidente, mormente considerando a tenra idade do autor, o que torna plenamente verossímil a alegação de que ele, após o acidente, passou a ter reação a qualquer veículo de grande porte que passe perto dele (conforme depoimento de seu pai à fl. 301).

Sobre o valor da indenização, considero suficiente para reparar o dano e coibir eventual repetição da conduta danosa sem, contudo, acarretar enriquecimento ilícito ao autor.

O fato da **TRANSPORTADORA** estar sob intervenção do **MUNICÍPIO** não tem o condão de interferir no julgamento da presente ação. De fato, a petição inicial estabelece os limites objetivos da lide, e o autor não citou este fato ou sequer imputou conduta comissiva ou omissiva ao município. Apenas requereu a responsabilização subsidiária dele o que, de acordo com o item 2, supra,



deve ser acolhido, razão porque não há se falar em ilegitimidade passiva.

Sobre o valor arbitrado a título de honorários sucumbenciais (15% sobre o valor atualizado da condenação), deve ser mantido.

Os honorários foram arbitrados de maneira intermediária entre o mínimo e o máximo estabelecido no art. 85, § 2º, do CPC/2015, e considerou o trabalho desenvolvido pelo advogado do autor ao peticionar e participar de audiência.

#### 4.- Apelação do **MUNICÍPIO**

A apelação merece parcial provimento apenas para atribuir responsabilidade subsidiária do município em relação ao pagamento dos honorários sucumbenciais.

Como houve condenação subsidiária dele no pagamento do pedido principal, o mesmo deve ocorrer em relação às verbas sucumbenciais.

#### 5.-

Processada a apelação na vigência do CPC/2015, necessária a majoração dos honorários sucumbenciais em razão do trabalho adicional realizado em grau recursal, nos termos do art. 85, § 11, do citado diploma processual, o que faço para fixá-los em 20% sobre o valor atualizado da condenação.

#### 6.-





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
Seção de Direito Privado  
31ª Câmara

9

Ante o exposto, pelo meu voto: a) **desprovejo a apelação da TRANSPORTADORA**; b) **provejo em parte a apelação do MUNICÍPIO**, apenas para responsabilizá-lo subsidiariamente pelo pagamento das verbas sucumbenciais; c) majoro os honorários sucumbenciais para fixá-los em 20% sobre o valor atualizado da condenação.

**ADILSON DE ARAUJO**  
**Relator**  
Assinatura Eletrônica